



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

20/3/2019

Aprovação do Conselho
Técnico-Científico

10/4/2019

**Ficha de Unidade Curricular (FUC) de
Direito das Garantias dos Administrados**

Curso(s): Licenciatura em Solicitadoria e Administração

Ano Curricular: 3ºano

Semestre curricular: 2º Semestre

Ano lectivo: 201819

Docente Responsável: Armando Ferreira Soares Veiga

Unidade Curricular

| | |
|----------------------|---|
| Designação: | Direito das Garantias dos Administrados |
| Curso(s): | Licenciatura em Solicitadoria e Administração |
| Ano curricular: | 3ºano |
| Semestre curricular: | 2º Semestre |
| Número de ECTS: | 5 |
| Horas de contacto: | 67,5 |

1. Corpo Docente

***Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC.

Nome: Armando Ferreira Soares Veiga
Gabinete: 3.02
Email: aveiga@iscac.pt
Nome: Mariana Luísa Pereira de Castro Guimarães de Sampaio
Email: msampaio@iscac.pt

2. Funcionamento

a) Objectivos:

A unidade curricular visa fornecer aos alunos o quadro legal dos meios criados pela ordem jurídica que funcionam como proteção ou defesa contra os abusos e ilegalidades da Administração Pública.

Competências a adquirir:

1. Identificar o ato (positivo/negativo) praticado pela Administração Pública;
2. Distinguir e aplicar os meios de defesas administrativos e contenciosos;
3. Aplicar num contexto teórico-prático os meios de defesa dos administrados.

b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:

A metodologia de ensino assenta na exposição teórica das matérias com forte apelo à participação dos alunos na resolução de situações práticas.

1. A metodologia de avaliação pode revestir duas formas:
 - 1.ª Avaliação mista, integrando os seguintes componentes:

a) Realização de 2 \"Frequências\" com a ponderação de 25% e 50%, respetivamente. O acesso à 2.ª frequência pressupõe a obtenção de 2 valores no primeiro momento de avaliação. A 1.ª frequência será realizada no dia 20.03.2019 e a 2.ª frequência no dia 22.05.2019.

b) Apresentação de um trabalho em contexto de aula, com o tema a ser atribuído pelo docente, com a ponderação de 25%. Critérios de avaliação: a) Exposição do tema (clareza, objetividade, exemplos práticos); b) bibliografia; c) posições doutrinárias, jurisprudenciais; d) dispositivo de apresentação (ppt).

c) O acesso a este método de avaliação pressupõe como requisito obrigatório a presença do aluno(a) em 100% das aulas lecionadas ao longo do 2.º semestre, a ser comprovado pelos registos de assiduidade. Admissibilidade de 1 falta devidamente justificada.

2.ª Avaliação final através de prova escrita de exame final, classificado de 0-20 valores.

A realização de exames orais apenas será efetuada para efeitos de melhoria de nota (10 valores no mínimo).

c) Programa:

AS GARANTIAS DOS ADMINISTRADOS

1. AS GARANTIAS EM GERAL
2. AS GARANTIAS POLÍTICAS
3. AS GARANTIAS ADMINISTRATIVAS
 1. Conceito
 2. As garantias petitorias
 3. As garantias impugnatórias
 4. Queixa ao Provedor de Justiça

4. GARANTIAS CONTENCIOSAS

INTRODUÇÃO

O atual sistema de justiça administrativa

CAPÍTULO I - O DOMÍNIO SUBSTANCIAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

1. O critério substancial de delimitação
2. Relações jurídicas administrativas
3. Posições jurídicas subjetivas dos particulares e da Administração

CAPÍTULO II - A DIMENSÃO FUNCIONAL DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

1. As delimitações materiais negativas decorrentes da perspectiva funcional da justiça administrativa

2. Os limites funcionais da justiça administrativa

CAPÍTULO III - O ÂMBITO ORGÂNICO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA: A JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

1. O alcance da reserva constitucional da jurisdição administrativa
2. A delimitação legal do âmbito da jurisdição administrativa
- 3.

CAPÍTULO IV - A organização da jurisdição administrativa

1. A padronização do regime da organização dos tribunais administrativos
2. Os tribunais administrativos
3. A repartição de competências entre os tribunais administrativos

CAPÍTULO V - A GARANTIA DA TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA

1. O direito de acesso aos tribunais administrativos e o princípio da tutela jurisdicional efetiva
2. As formas de processo principal
3. A cumulação de pedidos
4. O valor das causas administrativas

CAPÍTULO VI - A AÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Impugnação de atos administrativos
2. Condenação à prática de ato devido
3. As ações relativas a normas
4. As ações relativas à validade e execução de contratos
5. Outros pedidos
6. As ações contra particulares
7. As ações inter-administrativas

CAPÍTULO VII - PROCESSOS URGENTES

1. Ação administrativa urgente
2. Intimações

CAPÍTULO VIII - ELEMENTOS ESSENCIAIS DA CAUSA E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

I. Elementos essenciais da causa

1. Os sujeitos ou partes processuais
2. O pedido
3. A causa de pedir
4. O objeto

II. Pressupostos processuais

1. Noção
2. Tipos
3. O regime da falta de pressupostos processuais
4. Pressupostos relativos ao tribunal
5. Pressupostos relativos aos sujeitos
6. Pressupostos relativos ao processo

CAPÍTULO IX - A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

1. Fase dos articulados - iniciativa e primeiro contraditório
2. Fase de saneamento, instrução e alegações
3. Fase de julgamento: a sentença e a publicidade
4. O caso especial dos processos de andamento prioritário
5. Considerações finais

CAPÍTULO X - OS PROCESSOS CAUTELARES

1. Introdução: a situação anterior a 2002
2. Características da tutela cautelar
3. A plenitude da proteção: a universalidade das providências admitidas
4. A decisão cautelar
5. O conteúdo da decisão cautelar: a necessidade e adequabilidade da providência decretada
6. A provisoriedade e a temporalidade da decisão e do conteúdo
7. A urgência e a sumaridade da cognição
8. A instrumentalidade estrutural do processo e a reversibilidade da providência
9. A efetividade do processo e da decisão
10. A decisão antecipada do processo principal no processo cautelar
11. O decretamento provisório da providência cautelar
12. Casos especiais
13. O regime excepcional das sanções de disciplina militar

CAPÍTULO XI - OS EFEITOS E A FORÇA JURÍDICA DAS SENTENÇAS

1. As sentenças no processo administrativo
2. Os efeitos das sentenças de anulação de atos administrativos
3. Os limites subjetivos do caso julgado nas ações administrativas
4. A extensão dos efeitos das sentenças

CAPÍTULO XII - PROCESSOS EXECUTIVOS

1. As especificidades do processo administrativo executivo
2. A obrigatoriedade das sentenças: a execução espontânea e as causas legítimas de inexecução
3. Algumas regras gerais do processo executivo
4. As providências de execução para prestação de fatos ou de coisas
5. A execução para pagamento de quantia certa
6. A execução de sentenças de anulação de atos administrativos
7. Algumas hipóteses de execução não expressamente previstas
8. Inexecução ilícita das decisões judiciais
9. A execução induzida: as "sanções pecuniárias compulsórias"
10. Casos especiais de execução

CAPÍTULO XIII - OS RECURSOS JURISDICIONAIS

1. Os recursos jurisdicionais no processo administrativo
2. Os tipos de recursos
3. O regime especial dos recursos administrativos

CAPÍTULO XIV - OS PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. O sistema de princípios processuais
2. Os princípios relativos à promoção ou iniciativa processual
3. Princípios relativos ao âmbito do processo
4. Princípios relativos à prossecução processual
5. Princípios relativos à prova
6. Princípios relativos à forma processual

d) Bibliografia:

- AAVV, Mudar a Justiça Administrativa e Fiscal, Almedina: Coimbra, 2013 - ALMEIDA, Mário Aroso, "As implicações de direito substantivo da reforma do contencioso administrativo", Cadernos de Justiça Administrativa, 2002 - ALMEIDA, Mário Aroso, Manual de Processo Administrativo, Almedina: Coimbra, 2016 - AMARAL, Diogo Freitas, Curso de Direito Administrativo, II, Almedina: Coimbra, 2016 ANDRADE, José Carlos Vieira, A Justiça Administrativa (Lições), Almedina: Coimbra, 2017 ANDRADE, José Carlos Vieira, "Em defesa do recurso

hierárquico", Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 0, 1996 Carlos Cadilha / Mário Aroso de Almeida, Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, Almedina: Coimbra, 2018 FONSECA, Isabel Celeste, "Repensar as impugnações administrativas entre a efectividade do processo e a unidade da acção administrativa", Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 82, 2010 OLIVEIRA, António Cândido, "O "silêncio" e a "última palavra" da Administração Pública", Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 19, 2000 OTERO, Paulo, "Impugnações administrativas", Cadernos de Justiça Administrativa, n.º 28, 2001 SILVA, Vasco Pereira, O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise - Ensaio sobre as Acções no Novo Processo Administrativo, Almedina: Coimbra, 2016 Bibliografia disponível "online", através do link: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/formacao_etaf_cpta.php e que será disponibilizada na página do "moodle" da unidade curricular a mais relevante.